Resumo executivo do relatório final

Avaliação de Meio Termo do projeto IKI 22_I_457_Latin America_G_Greening Supply and Demand

Brasil, Costa Rica e Colômbia

IMAP GmbH

5 de agosto de 2025

Contexto: Descrição do Projeto

Este relatório apresenta as conclusões da Avaliação de Meio Termo (MTE) do projeto EcoAdvance, formalmente intitulado "*Ecologização da Oferta e da Demanda: Promoção de Rótulos Ecológicos e Compras Públicas Sustentáveis para a Proteção do Clima e da Biodiversidade*". O projeto é financiado pela Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) do Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção ao Consumidor (BMUKN, anteriormente BMUV), com uma contribuição total de 9,76 milhões de euros. É implementado por um consórcio liderado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Öko-Institut.

O EcoAdvance foi concebido em resposta à crescente urgência de reverter a degradação ambiental impulsionada por práticas de produção e consumo insustentáveis. O projeto utiliza rótulos ecológicos do tipo 1 e Compras Públicas Sustentáveis (CPS) como instrumentos-chave para promover mudanças no mercado em direção à sustentabilidade. Sua matriz de resultados está organizada em torno de quatro produtos interligados: fortalecer a ambição e a adoção de rótulos ecológicos; aprimorar as estruturas políticas e jurídicas para apoiar sua implementação; aumentar a oferta e a demanda por produtos sustentáveis, particularmente em compras públicas; e promover o intercâmbio e a cooperação internacional. Um componente-chave do projeto é o apoio à Aliança Ambiental da América (AAA), uma iniciativa regional que visa promover uma abordagem harmonizada para a rotulagem ecológica na América Latina.

Abordagem e metodologia de avaliação

A MTE, realizada de novembro de 2024 a meados de julho de 2025, concentrou-se nas atividades do projeto no Brasil, Colômbia e Costa Rica, reconhecendo a presença mais ampla do projeto em cinco países da América Latina, incluindo México e Equador. Utilizando uma abordagem de métodos mistos, a avaliação analisou os produtos do projeto e os processos subjacentes, guiada pela Teoria da Mudança do projeto para explorar as ligações causais e os caminhos de impacto.

A coleta de dados incluiu uma extensa revisão de documentos, entrevistas semiestruturadas com partes interessadas do governo, parceiros de implementação, autoridades de compras públicas, órgãos de certificação ecológica, micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e sociedade civil, bem como discussões em grupos focais (FGD) direcionadas. Uma missão de campo foi realizada no Brasil, enquanto formatos remotos ou híbridos foram usados na Costa Rica e na Colômbia. Uma pesquisa online distribuída a mais de 200 atores teve uma baixa taxa de resposta (18 respostas completas), limitando a representatividade dos resultados quantitativos. A análise baseou-se na triangulação entre fontes de dados, com codificação temática de dados qualitativos e estatísticas descritivas para a pesquisa. As limitações foram relatadas de forma transparente quando as evidências eram inconclusivas ou contraditórias.

Principais resultados por critério de avaliação:

Relevância

O projeto EcoAdvance demonstra um alto nível de relevância para as prioridades políticas nacionais, regionais e globais. Nos três países de implementação – Brasil, Colômbia e Costa Rica – o projeto responde a necessidades governamentais claramente definidas relacionadas à CPS e à rotulagem ecológica Tipo 1. Ele apoia reformas políticas nacionais e capacitação institucional, com atividades como o desenvolvimento de guias de compras no Brasil, diretrizes técnicas na Colômbia e apoio à infraestrutura de certificação na Costa Rica. Essas intervenções são oportunas e alinhadas com as transformações legislativas e institucionais em andamento, notadamente a Lei 14.133/2021 do Brasil e a Lei 9986 da Costa Rica.

A ênfase do projeto na inclusão das MPMEs também é altamente pertinente, dada a sua importância econômica e o valor estratégico de integrá-las em sistemas de compras sustentáveis. No entanto, o envolvimento com as MPMEs tem sido limitado até agora. Evidências de campo revelam barreiras estruturais relacionadas a custos significativos para a certificação, destacando a necessidade de mecanismos de apoio mais personalizados. Assim, testar o apoio à certificação para MPMEs em setores selecionados e estabelecer parcerias com instituições nacionais de apoio às MPMEs poderia aumentar significativamente o impacto e a inclusão do projeto.

De uma perspectiva de política global, o EcoAdvance está bem alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — particularmente o ODS 12 sobre consumo e produção responsáveis, o ODS 13 sobre ação climática e o ODS 17 sobre parcerias para o desenvolvimento sustentável. Ele apoia os países na implementação de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris e promove a produção favorável à biodiversidade, em linha com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Regionalmente, o projeto reforça os esforços de harmonização por meio da plataforma de rotulagem ecológica AAA, posicionando a América Latina como líder emergente em padrões sustentáveis.

Eficácia

O projeto começou a ser implementado um ano após a aprovação, com esforços concentrados no lançamento de subvenções e consultorias. Até o momento, ele realizou um amplo conjunto de atividades na Colômbia, no Brasil e na Costa Rica, em linha com os planos de trabalho aprovados. Os produtos incluem guias CPS, diagnósticos de rótulos ecológicos, planos de ação nacionais e eventos de capacitação. Na Colômbia e na Costa Rica, essas ferramentas foram adotadas nos sistemas de compras, refletindo um forte alinhamento institucional. Regionalmente, a criação da AAA em 2024 e o desenvolvimento de um roteiro de sustentabilidade sinalizam o progresso em direção a metas de longo prazo, incluindo a harmonização dos critérios de rótulos ecológicos na região.

No entanto, persistem barreiras estruturais. As práticas de compras baseadas no “preço mais baixo vence” — especialmente arraigadas na Colômbia e no Brasil — prejudicam a integração dos critérios de sustentabilidade. A adoção de rótulos ecológicos do Tipo 1 continua limitada, com maior dependência de critérios incorporados ou certificações como FSC e Energy Star.

Embora a Teoria da Mudança do projeto ainda seja relevante, delineando um caminho lógico dos produtos ao impacto, sua implementação requer incentivos mais fortes do lado da demanda (por exemplo, vinculando os rótulos ecológicos ao acesso ao mercado da União Europeia (UE)) e maior envolvimento com as MPMEs. O monitoramento do CPS continua deficiente, sem sistemas de dados em tempo real e dependente de fontes desatualizadas, limitando a tomada de decisões baseadas em evidências e a qualidade de alguns dos produtos do projeto.

Planejamento, orientação e coerência

A operacionalização da estrutura de resultados do projeto revela lacunas, particularmente na adaptação aos contextos dos países, na sequência das atividades e no alinhamento dos orçamentos com os resultados. A Teoria da Mudança (ToC) não considera plenamente os diferentes níveis de maturidade institucional e capacidade de implementação no Brasil, na Colômbia e na Costa Rica. Além disso, a suposição de que os atores do mercado adotariam rapidamente os critérios recém-desenvolvidos do rótulo ecológico Tipo 1 provou ser excessivamente otimista, dadas as evidências históricas de iniciativas anteriores da IKI e o tempo normalmente necessário para mudanças comportamentais e procedimentais nos sistemas de compras.

O planejamento é orientado por Planos de Trabalho Anuais (POAs) nacionais, com forte alinhamento na Costa Rica e na Colômbia. O processo de planejamento do Brasil é mais fragmentado, exigindo um alinhamento mais forte com as prioridades em evolução do país. A ausência de um orçamento consolidado e baseado em resultados limita o planejamento estratégico e pode levar ao subfinanciamento de fluxos de trabalho estrategicamente importantes. Os processos de planejamento regional ocasionalmente funcionam em paralelo aos nacionais, correndo o risco de perder sinergias nas iniciativas de rótulo ecológico.

A gestão do projeto emprega uma estrutura de governança em várias camadas (comitês de gestão regionais e nacionais, Unidade de Coordenação do Projeto) que facilita a coordenação. O envolvimento político é forte. Algumas reuniões de governança carecem de foco estratégico, o que pode limitar a tomada de decisões de alto nível.

O monitoramento e a gestão adaptativa precisam ser melhorados. Embora exista um painel do Power BI, ele não é usado de forma eficaz para supervisão estratégica, e os relatórios continuam sendo em grande parte quantitativos, focados em indicadores em vez de produtos do projeto (atividades, produtos e resultados). Alguns indicadores mostram sinais de superação, sugerindo a necessidade de refinar sua clareza e relevância. O monitoramento de riscos é genérico e retrospectivo, e a conformidade com o monitoramento da política de salvaguardas da IKI não é integrada de forma sistemática. A falta de uma plataforma

centralizada e acessível para compartilhar os resultados do projeto também limita o envolvimento e a troca de conhecimento com as partes interessadas.

Impacto transformacional e sustentabilidade

A contribuição da EcoAdvance para a transformação sistêmica é facilitadora, mas ainda não é catalisadora. Embora o projeto tenha produzido ferramentas, modelos e mecanismos de coordenação regional valiosos, a adoção continua sendo em grande parte orientada pelo projeto, com integração limitada aos sistemas nacionais de compras. É improvável que os produtos com certificação ecológica sejam amplamente utilizados em licitações públicas no atual período de implementação. A modelagem de impacto do projeto, liderada pelo Öko-Institut, estima benefícios econômicos e de emissões de gases de efeito estufa (GEE) significativos em teoria. No entanto, essas projeções se baseiam na suposição irrealista de adoção total dos critérios de certificação ecológica e são limitadas por dados de compras restritos e monitoramento fraco da CPS e da aplicação da certificação ecológica.

Os co-benefícios sociais também são limitados, uma vez que os quadros de certificação continuam desalinhados com as capacidades das MPMEs e das empresas lideradas por mulheres, e os custos elevados favorecem as empresas de maior dimensão. Embora muitas entidades apliquem critérios de sustentabilidade sem certificação formal, os benefícios desta prática continuam não quantificados.

Em termos de governança, o EcoAdvance apoiou avanços importantes, notadamente a acreditação de certificadores na Costa Rica e a formalização da AAA, que oferece uma plataforma promissora para a colaboração regional. A vontade política é forte, mas são necessários mais divulgação, inclusão das MPMEs e sistemas de dados aprimorados para garantir um impacto duradouro.

Salvaguardas

A classificação inicial do projeto como Categoria B no âmbito do quadro de salvaguardas PS7 da IFC parece desalinhada com o seu âmbito real, que se concentra no apoio político, na certificação voluntária e no reforço institucional, sem impactos ambientais ou sociais diretos. A avaliação recomenda a reclassificação do projeto como Categoria C (baixo risco) para evitar medidas de mitigação desnecessárias, incluindo a mobilização de populações vulneráveis sem relevância ou benefício claros. No entanto, a avaliação também destaca a necessidade de gerenciar a potencial exclusão de MPMEs resultante de requisitos mais rigorosos de aquisição ou rotulagem ecológica. Esses riscos devem ser abordados por meio de mecanismos nacionais institucionalizados, incluindo consultas às partes interessadas e processos inclusivos de avaliação de políticas.

Recomendações

Com base nas constatações e conclusões da avaliação, a equipe de avaliação elaborou as seguintes recomendações:

1. Recalibrar a operacionalização da Teoria da Mudança e da Estrutura de Resultados para refletir as capacidades institucionais diferenciadas e os estágios de maturidade em cada país, estabelecendo resultados intermediários mais realistas e priorizando esforços para alcançar marcos estratégicos, como a primeira certificação de rótulo ecológico Tipo 1 na Costa Rica, o “Selo Verde” do Brasil e o “Sello Ambiental de América” da AAA.
2. Mudar o foco do projeto do desenvolvimento de ferramentas para a adoção institucional e a incorporação sistêmica. Com muitos produtos técnicos já entregues, o projeto deve agora priorizar sua adoção e uso. Isso requer a integração de guias, critérios e listas de priorização em regulamentos nacionais de compras, módulos de treinamento, portais de compras (por exemplo, Contrata+BR, SECOP II) e vias de acreditação. O projeto deve evitar a duplicação de esforços de projetos anteriores ou a criação de processos paralelos. Algumas ações estão em andamento, garantindo a robustez dos esforços.

3. Fortalecer o envolvimento das MPMEs/setor privado por meio de mecanismos de apoio direcionados e pilotos específicos para cada setor. A participação das MPMEs na certificação de rótulos ecológicos e no CPS continua marginal. O atual mecanismo de subvenções gerenciado pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) no Brasil carece de sustentabilidade e capacidade de expansão. A ABNT responde a solicitações e não possui o mandato institucional ou as parcerias necessárias para auxiliar microempresas ou empresas marginais. Em vez disso, o projeto deve testar o apoio à certificação em setores com interesse existente das MPMEs. Deve-se dar prioridade a setores alinhados com oportunidades de exportação ou metas nacionais de sustentabilidade (por exemplo, sistemas alimentares, produtos de limpeza, materiais de construção). Seria preferível selecionar um número menor de produtos, mas aumentar sua relevância. Se viável, seria útil priorizar setores, MPMEs ou produtos com interesse no Selo Regional da AAA. Isso deve estar alinhado com os marcos mencionados na recomendação 1.
4. Fortalecer o monitoramento do projeto por meio de relatórios estruturados e baseados em evidências e documentação pública anual dos resultados. Para garantir um monitoramento significativo, aprendizado institucional e responsabilidade, o EcoAdvance deve ir além do acompanhamento da conclusão dos indicadores para capturar sistematicamente os resultados do projeto e como os produtos são usados, quais instituições os estão aplicando e quais resultados estão sendo alcançados. O monitoramento deve ser baseado em relatórios estruturados e baseados em evidências que relacionem os resultados com mudanças observáveis no comportamento, nas políticas ou nas práticas de compras públicas. O formato atual de relatórios da IKI é insuficiente para atender a essa necessidade. Portanto, é altamente recomendável melhorar a qualidade dos relatórios internos e produzir um relatório narrativo anual de resultados, acessível a parceiros políticos e partes interessadas externas.
5. Institucionalizar a aprendizagem entre consórcios e melhorar a gestão do conhecimento, estabelecendo um centro de conhecimento compartilhado acessível a todos os parceiros e documentando e compartilhando sistematicamente as lições aprendidas com os gargalos de implementação.
6. Apoiar a AAA para que se torne um mecanismo regional operacional e financeiramente sustentável, fornecendo apoio técnico para finalizar e validar seu plano de sustentabilidade financeira, facilitando o envolvimento do setor privado e integrando contribuições financeiras e em espécie em seu modelo operacional.
7. Reavaliar a categorização de riscos para refletir a verdadeira natureza do projeto, alterando a classificação da Categoria B para a Categoria C, reduzindo encargos processuais desnecessários e redesenhando o monitoramento de riscos para avaliar a potencial exclusão de MPMEs em esquemas de CPS e rotulagem ecológica.
8. Desenvolver um banco de dados regional de fornecedores certificados para processos de CPS, hospedado e mantido pela AAA, para melhorar a transparência do mercado, facilitar a adoção de rótulos ecológicos do tipo 1 e reduzir as barreiras de informação para compradores, empresas e consumidores.
9. Integrar os critérios de CPS e de rotulagem ecológica nos projetos IKI e nas aquisições financiadas pela GIZ, demonstrando a viabilidade e gerando lições práticas, utilizando concursos financiados pelo projeto como casos-piloto e documentando essas experiências para as autoridades nacionais de aquisições e a AAA.
10. Melhorar a gestão financeira através da criação de orçamentos baseados em resultados e pacotes de trabalho, que são desagregados e partilhados com os homólogos nacionais, orientando os ciclos

de planeamento, permitindo realocações baseadas no desempenho e reforçando a capacidade do projeto para produzir resultados sustentáveis.

Mid Term Evaluation do Latin America_G_Greening Supply and Demand (IKI project 22_I_457_Latin America_G_Greening Supply and Demand) – Resumo executivo

Equipa de Avaliação / Autores

Desirée Elizondo | International Team Lead
Katharina Bouchaar | International Evaluation Expert
Daniel Wiesner | Local Evaluation Expert

Gestão de projetos e apoio técnico

Uta Giebel
Benedict Bueb
Lena Noumi

IMAP GmbH
Cantadorstraße 3
40211 Düsseldorf
Alemanha
+49 (0)211-513 69 73-0
info@imap-institut.de

Agosto 2025